



Av. Ayrton Senna da Silva, 161  
Cep: 83.203-800 Paranaguá – PR  
Tel. (41) 3420-1142 – Fax (41) 3420 -1360  
www.autoridadeportuaria.pr.gov.br  
E-mail: cappgua@pr.gov.br

## 227ª. REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de julho de 2013, na sala de reuniões do CAP em Paranaguá – PR, sob a presidência Sr. **WILSON DO EGITO COELHO FILHO**, o Conselho de Autoridade Portuária (CAP) do Porto de Paranaguá, reuniu-se com a presença dos Conselheiros Carlos Roberto Frísoli, Lourenço Fregonese, Angel Millán Lázaro, Persio Souza de Assis, Regis Gilberto Prunzel, Antonio Carlos Bonzato, Carlos Antonio Tortato, Maria do Socorro Oliveira, Juarez Moraes e Silva, Blásio José Munchen, Luiz Antonio Fayet, Alexandro Cruzes, Marco s Mauricio Rodrigues e Claudio Fernando Dauth. **Convidados:** Senhores João Arthur Mohr - FIEP, Nilson Hanque de Camargo – FAEP, Sidney Pinto – Cotriguaçu, Dautro Nascimento, Pedro Henrique Martins – Secretário de Integração da PMP, Gilson Martins da OCEPAR e José Estevão Delaringa - Paranaguá Pilotts e Argyris Ikononou – Presidente do SINDAPAR; **Justificativas de Ausências:** Conselheiros: Luiz Henrique Tessutti Dividino, João Gilberto Cominese Freire e Ademir Bazzotti;

**1. ABERTURA DOS TRABALHOS** – O Presidente deu início à reunião agradecendo a todos pela presença. **2 - DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DA ATA RELATIVA À 226ª. REUNIÃO ORDINÁRIA DO CAP - Secretaria do Conselho que foi aprovada por unanimidade;** **3 - INFORMAÇÕES GERAIS: 3.1 - RELATÓRIO GERENCIAL DA APPA** – Representante Titular da Administração do Porto - Cons. Lourenço Fregonese que fez apresentação do Relatório referente ao primeiro semestre de 2013, efetuando comparativo com igual período do ano anterior, bem como com outros portos brasileiros **3.2 - INFORMAÇÕES ACERCA DO ESTÁGIO ATUAL DOS LICENCIAMENTOS AMBIENTAIS DO PORTO DE PARANAGUÁ** – Representante do Governo do Estado do Paraná - Cons. Lourenço Fregonese, disse da satisfação em comunicar a todos que após um longo e intenso trabalho a APPA havia conseguido a Licença de Operação, fruto do esforço e empenho do trabalho desenvolvido em conjunto pelo Conselho, trabalhadores e de toda a comunidade portuária, que acreditou e se envolveu incansavelmente para que essa Licença saísse. Solicitou ao Sr. Wilson do Egito como Presidente do Conselho, para que em Brasília fosse o porta voz da comunidade portuária sobre a necessidade de continuação do poder e das decisões do CAP, porque a centralização das administrações principalmente das questões portuárias em Brasília só deveriam dificultar os acontecimentos, porque, discussões, negociações e decisões devem ser feitas com quem conhece e vivencia os problemas no dia a dia que são os trabalhadores, operadores e terminais que merecem ser ouvidos para que as decisões não sejam tomadas erroneamente. Cons. Juarez lembrou que a Licença de Operação da APPA era de regularização, com validade para cinco anos e que contemplava todos os projetos de dragagem para manutenção e eventuais obras que a APPA tenha interesse em executar. Cons. Tortato disse que muita gente contribuiu para que o Porto de Paranaguá conseguisse a Licença de Operação, mas registrou em especial a participação do Deputado Angelo Vanhoni que evidou todos os esforços em Brasília para que essa licença saísse. **4 - EXPEDIENTE: 4.1 - RELATÓRIO DE ATIVIDADES DO OGMO; 4.2 - CORRESPONDÊNCIAS EXPEDIDAS E RECEBIDAS; 5 - ASSUNTOS GERAIS** - Sr. João Arthur apresentou informações atualizadas sobre o novo modal ferroviário paranaense, uma questão conduzida pela FIEP, com a participação de todas as entidades representativas do estado, que alinhadas com o mesmo propósito, resultou em um projeto para uma nova ferrovia com início na cidade Maracaju no Mato Grosso, até Paranaguá que certamente trará a redução dos custos dos fretes. Cons. Fayet finalmente a liberação do licenciamento da APPA saiu, fruto da mobilização de vários segmentos, um verdadeiro mutirão das forças políticas e dos caminhos técnicos. Manifestou sua indignação com a forma como foi postergado o licenciamento ambiental da APPA com o custo econômico que custou aos cofres públicos. Disse que, o que está ocorrendo efetivamente, principalmente no setor portuário brasileiro, como o episódio ocorrido no atraso do licenciamento do Porto de Paranaguá,

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the right and several smaller ones below.



Av. Ayrton Senna da Silva, 161  
Cep: 83.203-800 Paranaguá - PR  
Tel. (41) 3420-1142 - Fax (41) 3420 -1360  
www.autoridadeportuaria.pr.gov.br  
E-mail: cappgua@pr.gov.br

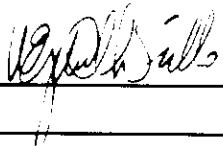
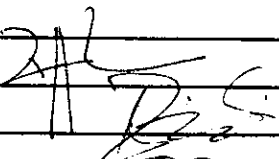
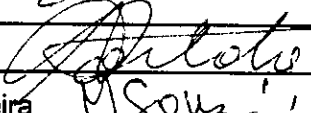
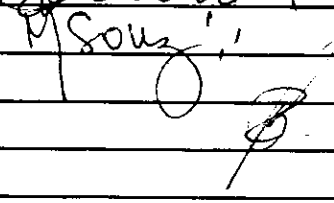
discorda das propostas da Presidenta Dilma, que enfrentou um desafio brutal no Congresso para aprovar a nova lei dos portos. Acredita que as altas autoridades brasileiras não estão sabendo dos detalhes que ocorrem na ponta operacional, como o caso da dragagem no Porto de Paranaguá. Solicitou ao Presidente do CAP ser portador junto a Secretaria de Portos de apoio nessas questões, como a constituição de uma força tarefa governamental, para vasculhar e destravar os problemas, passar um pente fino nas questões portuárias, porque as perdas nas exportações são imensas e necessitam de mudanças positivas urgentes. **Cons. Daudt** lembrou que a questão dos licenciamentos ambientais em Paranaguá teve início no ano de 2010, com a execução dos estudos ambientais em Paranaguá, custeados pela comunidade portuária. Quanto a construção da nova via férrea, acredita ser uma necessidade, mas já existe junto ao DNIT um projeto de um traçado para construção de uma via portuária, que considera uma alternativa mais urgente e mais acessível. Lembrou de um assunto recorrente no Conselho, que é a restauração da Av. Bento Rocha, com um valor ínfimo e que não sai do papel. Portanto o que falta é gestão política, empenho, vontade e entendimento para que as necessidades prementes em Paranaguá saiam. **Cons. Frísoli** esclareceu que a verba para restauração da Av. Bento Rocha já está reservada a três anos, o que falta é entendimento entre Estado, União e Município, que por causa desse conflito a licitação não pode sair. Sugeriu que as entidades locais provocassem uma reunião entre o DNIT, DER e Prefeitura Municipal para definirem o que é responsabilidade de cada um, porque a APPA já tentou exaustivamente resolver a questão dos acessos em Paranaguá, e não conseguiu em função da falta de anuência desses órgãos. **Cons. Maria do Socorro** disse que a lei de portos veio para tirar a questão portuária da sociedade, engessou a situação determinando a SEP e ANTAQ para resolver os problemas portuários de Brasília, condenou o porto público como sendo o único responsável pelos problemas e esqueceu a questão da logística da qual o sistema portuário depende. O Conselho de Autoridade Portuária, onde a comunidade portuária falava foi encerrado, hoje ninguém sabe o que está acontecendo, nem se as decisões que estão sendo tomadas com relação ao Porto de Paranaguá são do nosso interesse ou não, só se sabe o que é passado pelas Federações aos Sindicatos. Esse tipo de lei não funciona, ela pode até fazer com que os portos se desenvolvam, mas ignora os interesses da comunidade e a sociedade civil brasileira mostrou nas ruas que quer transparência e mudança. Acredita que a tendência dessa lei é ser revogada, porque é centralizadora, gera desconfiança e a sociedade certamente vai cobrar, poderá trazer muitas ações judiciais chegará um momento que irá explodir. Lamentou a desmontagem do Conselho de Autoridade de Paranaguá e em função de sua importância para a comunidade portuária, sugeriu criação de algo semelhante fora da rota oficial, com a mesma composição para contribuir com as políticas do porto, tendo em vista que o novo Conselho terá pouca participação local. **Cons. Blásio** disse que, qualquer obra que tenha que sair para Paranaguá, vai demorar, e o maior problema existente no momento e que pode ser resolvido em curtíssimo prazo e com baixo custo financeiro é a questão dos acessos. A linha que se tem que trabalhar objetivamente é: qual é o caminho, o que tem que ser priorizado, melhorar o que já existe, como a recuperação das duas vias já existentes e depois procurar destravar as outras questões. **Cons. Fregonese** informou estar recebendo nos próximos dias Engenheiros do Ministério dos Transportes para tratar especificamente da questão dos acessos do Porto de Paranaguá e conforme já acordado com o Prefeito Municipal, acredita seja o início da solução pelo menos de parte do problema. **Cons. Tortato** acredita que não deverá haver nenhuma dificuldade para o porto conseguir a anuência que precisa por parte do Município, inclusive o assunto já era do conhecimento do Sr. Prefeito Municipal e que o mesmo havia manifestado disposição para solucionar essa questão. **Cons. Fayet** lembrou que em função dos conflitos da cidade que são crescentes, foi previsto no PDZPO, estudos para reduzir na faixa portuária tanto quanto possível o tráfego de veículos, principalmente no relacionado ao desembarque retroportuário do setor de grãos. Uma solução que resolveria grande parte desses problemas seria a alimentação retroportuária, com a confecção de uma esteira transportadora do Pátio de Triagem aos terminais, solução bem mais favorável do que confecção de viadutos. Cumprimentou a FIEP na pessoa do Sr. João Arthur Mohr, pela



Av. Ayrton Senna da Silva, 161  
Cep: 83.203-800 Paranaguá – PR  
Tel. (41) 3420-1142 – Fax (41) 3420 -1360  
www.autoridadeportuaria.pr.gov.br  
E-mail: cappgua@pr.gov.br

perseverança como foi conduzida a questão da nova ferrovia por Paranaguá cuja solução encontrada foi satisfatória e sugeriu que seja efetuada uma apresentação do projeto em Paranaguá. Solicitou ao mesmo pautar nas reuniões da FIEP, duas questões, uma é um estudo efetuado há muitos anos atrás sobre outra variante rodoviária entre o pedágio e a baixada litorânea, seguindo mais ou menos a rota da nova ferrovia. Outra questão que destacou é o critério de licitação dos pedágios, cujas informações técnicas foram encaminhadas ao então Ministro da Agricultura Reinhold Stephanes que negociou junto ao Governo mas necessita de pressão política para sair. Outra questão que registrou foi sobre a Lei 12.619, a lei dos motoristas, que foi muito mal negociada entre a Federação Nacional dos Transportes e o Governo Federal e por isso considera inaplicável. O **Presidente** disse que está na hora realmente de Paranaguá montar uma força tarefa e a exemplo de outras situações, sugeriu que a comunidade monte uma "Agenda Paranaguá" colocando todas as pequenas intervenções e saia em busca de soluções através dos canais competentes, inclusive político, até para desmistificar algumas questões, como a do funcionamento do porto 24 horas, que se chegou a conclusão que havia apenas a necessidade de efetuar alguns ajustes nos órgãos anuentes. Sobre a lei dos portos, disse haver uma queixa geral sobre a sua formulação e que nem a própria SEP foi ouvida, mas acredita que deverá haver alguns ajustes. Quanto a nova composição do Conselho, disse que todos os atuais Conselheiros certamente continuarão sendo convidados para as reuniões Ordinárias do Conselho, embora alguns somente como convidados. Nada mais havendo a tratar, agradeceu a todos pela presença e encerrou a 227ª. Reunião Ordinária, tendo sido lavrada a presente Ata que vai assinada por todos os Conselheiros, tão logo aprovada.

**Conselheiros:**

Wilson do Egito Coelho Filho   
Carlos Roberto Frisoli \_\_\_\_\_  
Lourenço Fregonese \_\_\_\_\_  
Angel Millán Lázaro \_\_\_\_\_  
Persio Souza de Assis   
Regis Prunzel \_\_\_\_\_  
Antonio Carlos Bonzato \_\_\_\_\_  
Carlos Antonio Tortato   
Maria do P. Socorro de Oliveira   
Luiz Antonio Fayet \_\_\_\_\_  
Blásio José Munchen \_\_\_\_\_  
Juarez Moraes e Silva \_\_\_\_\_  
Alexandro Cruzes \_\_\_\_\_  
Claudio Fernando Daudt \_\_\_\_\_  
Marços Maurício Rodrigues 